

CONTRATO CEDAE N.º 127 /2018 (DG)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **NOVO FOCO CONSULTORIA**
EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio do Assessor Administrador e Financeiro da Diretoria de Produção e Grande Operação, Sr. SÉRGIO REGO RODRIGUES, e de seu Diretor de Produção e Grande Operação, Sr. EDES FERNANDES DE OLIVEIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **NOVO FOCO CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, sediada na Av. Américas, 500, bloco 22, sala 239, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.081.840/0001-42, neste ato por meio de seu administrador, Sr. MARCOS PAULO DINIS ANO BOM, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.601/2018**, mediante Dispensa de Licitação n.º DL n. 001/2018 (DG) com fundamento no art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto o serviço de **"CONSULTORIA PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DE LABORATÓRIO DA GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA DA CEDAE, SEGUNDO CRITÉRIOS DA NORMA NBR ISO/IEC 17025:2017"**, conforme aprovação concedida às fls. 291 do processo E-07/100.601/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Inserem-se no escopo desta contratação os seguintes documentos anexos a este contrato: **termo de referência** (Anexo I); **cronograma físico-financeiro** (Anexo II); **acordo de nível de serviços** (Anexo III); bem como a **proposta** da **CONTRATADA** (autuada às fls. 24 a 28 do processo de referência), cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os produtos que decorrerão desta contratação aparecem detalhados no Anexo I, abaixo resumidos:

- (i) **Produto 1** – Relatório do diagnóstico da situação atual do laboratório;
- (ii) **Produto 2** – Plano de Ação para a Estruturação e Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório da GCQ, de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 (elaborado pela contratada);



- (iii) **Produto 3** - Declaração da política da qualidade e objetivos da qualidade, aprovados pela alta direção; indicadores da qualidade adequados aos processos do laboratório; manual da qualidade (elaborado por funcionários da CEDAE e corrigidos pela Contratada);
- (iv) **Produto 4** – Políticas e procedimentos exigidos pela ABNT NBR ISO/IEC 17025 para atendimento aos requisitos do Sistema de Gestão – Seção 8 da norma (elaborados por funcionários da CEDAE e adequados pela Contratada às normas técnicas vigentes);
- (v) **Produto 5** - Políticas, Programas, Procedimentos e Instruções de Trabalho gerenciais, operacionais e administrativos aplicáveis aprovados pela Alta Direção; registros da qualidade (incluindo planilhas de cálculo de incerteza e formulários utilizados no registro das atividades gerenciais, operacionais e administrativas do laboratório) aprovados pela Alta Direção (elaborados por funcionários da CEDAE e adequados pela Contratada às normas técnicas vigentes);
- (vi) **Produto 6** - Plano de Auditoria e Relatório de Auditoria Interna aprovada pela Alta Direção (elaborados pela Contratada);
- (vii) **Produto 8** - Pauta e Ata de Análise Crítica aprovada pela Alta Direção (elaboradas por funcionários da CEDAE e avaliadas pela Contratada); e
- (viii) **Produto 9** - Planos de Ação em formato 5W1H para tratamento de não conformidades e melhorias apontadas na auditoria de acreditação aprovados pelo Gerente da GCQ. Os planos de ação devem ser construídos em conjunto com a equipe da CEDAE (elaborados por funcionários da CEDAE e corrigidos pela Contratada).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos a este contrato:



- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços; e
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **205 (duzentos e cinco) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Segundo - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.



Parágrafo Terceiro - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

Parágrafo Quarto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Quinto - A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2018 assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2018000921

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de execução por tarefa, no valor de **R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)**, que será pago conforme cronograma físico-financeiro (Anexo III).

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a



CONTRATADA prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;
- c) declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.



Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafo terceiro **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser **rescindido** com a aplicação da **penalidade de suspensão** prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações, conforme cronograma físico-financeiro em anexo (Anexo III).

Parágrafo Primeiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver cláusula oitava). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

Parágrafo Segundo - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Quarto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Sétimo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM-FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da proposta da contratada (Io), conforme expressão matemática a seguir.

$$R = Po \frac{[I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM-FGV correspondente ao mês do reajustamento

Io = IGPM-FGV correspondente ao mês da proposta, no caso: 06/08/2018.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da proposta da contratada (Io).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

Parágrafo Sétimo - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

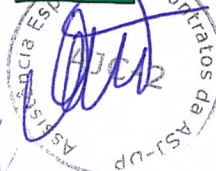
Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.



Parágrafo Décimo-Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo-Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;



iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.



Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.



Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:



Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

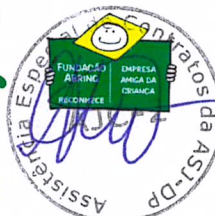
Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo segundo da cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão



ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei nº 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.)

Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017



Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais),



para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.



Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.


CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 09 de NOVEMBRO de 2018

Pela **CEDAE**:


SÉRGIO REGO RODRIGUES
Administrador e Financeiro da Diretoria de Produção e Grande Operação


EDES FERNANDES DE OLIVEIRA
Diretor de Produção e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:


MARCOS PAULO DINIS ANO BOM
Administrador

Marcos Ano Bom
Diretor
CRA-RJ: 20-66200-9

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. Contr-NovoFoco-serviço-consultoria-DL-001/2018-dg



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PARA UM LABORATÓRIO DA GERÊNCIA DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DA CEDAE/RJ, SEGUNDO CRITÉRIOS DA NORMA NBR ISO/IEC 17025:2017

1. OBJETO

Esse termo de referência define as condições necessárias para contratação de empresa especializada com objetivo de fornecer, no Laboratório da Gerência de Controle de Qualidade de Água (GCQ) os seguintes serviços:

- 1.1. Diagnóstico da situação atual do laboratório em relação a sua adequação aos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025;*
- 1.2. Estruturação e implantação de Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025, visando à acreditação dos laboratórios junto ao Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO);*
- 1.3. Elaboração de plano de ação para tratamento de não conformidades da auditoria de acreditação do laboratório.*

2. JUSTIFICATIVA

O Anexo XX da Portaria de Consolidação nº05 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, estabelece em seu Art. 21 que "As análises laboratoriais para o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório



próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de Sistema de Gestão da Qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005”.

Considerando que o Laboratório de Controle de Qualidade da Água da GCQ é o responsável pelo monitoramento da qualidade da água na rede de distribuição, faz-se necessário que tal laboratório adeque seu Sistema de Gestão aos requisitos da NBR ISO/IEC 17025 e busque a acreditação junto ao INMETRO.

O laboratório de Controle de Qualidade da Água da GCQ é credenciado junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ) e busca a implantação de Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, visando à acreditação junto ao Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO).

O objetivo da ABNT NBR ISO/IEC 17025 é especificar os requisitos para que um laboratório possa demonstrar competência em realizar ensaios e/ou calibrações, incluindo amostragem, devendo ser utilizada por laboratórios no desenvolvimento do Sistema de Gestão para qualidade, operações técnicas e administrativas.

A acreditação de laboratórios segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17025 é um procedimento pelo qual o INMETRO reconhece formalmente que o laboratório é competente para realizar seus ensaios e/ou calibrações. No caso deste laboratório da GCQ, o objetivo é a acreditação para a realização de ensaios físico-químicos e microbiológicos em amostras de água para abastecimento público.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

O escopo dos serviços a serem contratados é apresentado na tabela 1 e considera os ensaios para a Acreditação junto ao INMETRO dos parâmetros que entram na composição Controle de Qualidade da água da GCQ, dos parâmetros que são divulgados nas contas de água fornecidas aos clientes da CEDAE. A amostragem também faz parte do escopo dos serviços.

Tabela 1: Relação dos ensaios para acreditação do Laboratório GCQ da CEDAE

Parâmetros	Laboratório
1. Cloro residual	GCQ



2. Turbidez	GCQ
3. Cor	GCQ
4. Potencial hidrogeniônico (pH)	GCQ
5. Fluoretos	GCQ
6. Coliformes totais	GCQ
7. <i>Escherichia coli</i>	GCQ

O local da realização dos serviços descritos na seção 5 deste Termo de Referência é:

- a. Laboratório de Controle de Qualidade, pertencente à Gerência de Controle de Qualidade da Água (GCQ), localizado na rua Dr. Octávio Kelly, 110 – Tijuca, Rio de Janeiro/RJ (22°55'52.3"S 43°14'35.5"W).

Poderão ainda, de acordo com as necessidades da CEDAE, ser realizadas reuniões no edifício sede da companhia, localizado na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ (22°54'30.2"S 43°12'00.1"W).

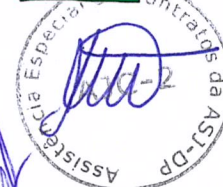
A seguir são detalhados os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA. Os Produtos resultantes de cada etapa são exigências mínimas requeridas para fins de medição e pagamento. No entanto, a CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, e em conjunto com os profissionais da CEDAE, todas as ações para atendimento aos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025.

3.1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1.1. Elaborar, para o laboratório da GCQ do escopo deste Termo de Referência, um diagnóstico do Sistema de Gestão da Qualidade com base na Norma NBR ISO/IEC 17025 por meio de visita às suas instalações, análise da documentação existente (procedimentos, registros, laudos, relatórios, cartas-controle, validações, etc), entrevistas com os gestores e demais força de trabalho envolvida no processo e levantamento dos pontos críticos, englobando requisitos legais, regulamentares, acomodações e condições ambientais.

3.1.1.1. Produto 1: Relatório do Diagnóstico da Situação Atual do Laboratório (elaborado pela Contratada), incluindo:

- a. Conformidades e Não conformidades em relação aos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025;



b. Pontos críticos identificados.

3.1.2. Elaborar plano de ação para estruturação e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade contendo todas as atividades que devem ser realizadas de acordo com cada requisito da ABNT NBR ISO/IEC 17025, bem como os responsáveis, prazos de execução e a metodologia para consecução dos objetivos.

3.1.2.1. Produto 2: Plano de Ação para a Estruturação e Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório da GCQ de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 (elaborado pela Contratada), incluindo:

- a. Plano de Ação em formato 5W1H contendo todas as ações a serem realizadas para que o Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório esteja em conformidade com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025. Este Plano de Ação deve incluir as necessidades de adequação nas acomodações e condições ambientais existentes, layout, equipamentos, adequação de procedimentos, elaboração/ adequação de documentos, etc.

3.2. ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DE ACORDO COM A ABNT NBR ISO/IEC 17025.

3.2.1. A CONTRATADA será responsável pela estruturação e implantação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025 no laboratório do escopo deste termo de referência. As atividades da CONTRATADA deverão contemplar minimamente:

3.2.1.1. Assessoria para elaboração/adequação de toda a documentação gerencial do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025:

- a. Política da Qualidade, Objetivos da Qualidade, Indicadores da Qualidade;
b. Manual da Qualidade;
c. Políticas e procedimentos e registros exigidos pela norma para atendimento dos requisitos do Sistema de Gestão (Seção 8 da norma).

3.2.1.1.1. Produto 3: Declaração da Política da Qualidade e Objetivos da Qualidade aprovados pela Alta Direção; Indicadores da Qualidade adequados aos processos do Laboratório; Manual da Qualidade (elaborados por funcionários da CEDAE e corrigidos pela Contratada).

3.2.1.1.2. Produto 4: Políticas e procedimentos exigidos pela ABNT NBR ISO/IEC 17025 para atendimento aos requisitos do Sistema de Gestão - Seção 8 da norma (elaborados por funcionários da CEDAE e adequados pela Contratada às normas técnicas vigentes).

3.2.1.2. Assessoria na implementação dos requisitos técnicos (Seções 4 a 7 da ABNT NBR ISO/IEC 17025):

- a. Assessoria na adequação aos requisitos das seções 4 a 7 da ABNT NBR ISO/IEC 17025;
- b. Assessoria na elaboração das políticas, programas, procedimentos e instruções de trabalhos necessários ao atendimento dos requisitos técnicos das seções 4 a 7 da ABNT NBR ISO/IEC 17025.

3.2.1.2.1. Produto 5: Políticas, Programas, Procedimentos e Instruções de Trabalho gerenciais, operacionais e administrativos aplicáveis aprovados pela Alta Direção; registros da qualidade (incluindo planilhas de cálculo de incerteza e formulários utilizados no registro das atividades gerenciais, operacionais e administrativas do laboratório) aprovados pela Alta Direção (elaborados por funcionários da CEDAE e adequados pela Contratada às normas técnicas vigentes).

3.2.1.3. Planejamento e Execução da auditoria interna.

3.2.1.3.1. Produto 6: Plano de Auditoria e Relatório de Auditoria Interna aprovada pela Alta Direção (elaborados pela Contratada).

3.2.1.4. Definição dos planos de ação para não conformidades e melhorias apontadas na auditoria interna.

3.2.1.4.1. Produto 7: Planos de Ação em formato 5W1H para tratamento de não conformidades e melhorias apontadas na auditoria interna, aprovados pelo Gerente da GCQ (elaborados por funcionários da CEDAE e corrigidos pela Contratada). Os planos de ação devem ser construídos em conjunto com a equipe da CEDAE.



3.2.1.5. Assessoria para realização da Análise Crítica pela Direção baseada na ABNT NBR ISO/IEC 17025.

3.2.1.5.1. Produto 8: Pauta e Ata de Análise Crítica aprovada pela Alta Direção (elaboradas por funcionários da CEDAE e avaliadas pela Contratada).

3.3. ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA TRATAMENTO DE NÃO CONFORMIDADES DA AUDITORIA DE ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO

3.3.1. Caso na Auditoria de Acreditação sejam registradas não conformidades ou oportunidades de melhoria, a CONTRATADA deve elaborar, em parceria com os profissionais da GCQ, estudo de análise de causa e planos de ação para tratamento de tais não conformidades ou oportunidades de melhoria.

3.3.2. Essa atividade pode ser realizada remotamente, sendo responsabilidade da CEDAE enviar o texto das não conformidades à CONTRATADA. Já esta, é responsável por conduzir a análise de causa e a proposição dos Planos de Ação.

3.3.3. A reunião remota será realizada utilizando ferramenta comercial que possibilite a realização de videoconferência, podendo ser Skype®, TeamViewer®, Hangout® ou outra ferramenta que não gere custos adicionais à CEDAE. Cada uma das partes (CEDAE e CONTRATADA) é responsável por providenciar a instalação da ferramenta de videoconferência em seus respectivos computadores.

3.3.3.1. Produto 9: Planos de Ação em formato 5W1H para tratamento de não conformidades e melhorias apontadas na auditoria de acreditação aprovados pelo Gerente da GCQ. Os planos de ação devem ser construídos em conjunto com a equipe da CEDAE (elaborados por funcionários da CEDAE e corrigidos pela Contratada).

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O critério de julgamento da proposta é o menor preço.



5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

5.1. ☒ SERVIÇO:

5.1.1. ☐ de natureza contínua ou ☒ de escopo;

5.1.2. ☐ com mão de obra alocada ou ☒ sem mão de obra alocada;

5.1.3. ☐ regime de execução por preço unitário; ☐ Regime de execução por preço global; ou
☒ Regime de execução por tarefa.

5.2. ☐ AQUISIÇÃO:

5.2.1. ☐ forma de fornecimento integral; ☐ forma de fornecimento parcelada; ou
☐ forma de fornecimento contínua.

6. PRAZO DE ENTREGA DO BEM OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. *O prazo para execução dos serviços dos produtos de 1 a 8 será de 190 (cento e noventa) dias corridos, contados a partir da data da reunião inicial com a comissão de fiscalização. O produto 9 deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias corridos após o encerramento da auditoria de acreditação. Os prazos descritos só poderão ser alterados por motivo técnico e com a concordância entre a Comissão de Fiscalização e o preposto nomeado pela CONTRATADA.*

7. LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM:

7.1. *O local da execução dos serviços é o Laboratório de Controle de Qualidade, pertencente à Gerência de Controle de Qualidade da Água (GCQ), localizado na rua Dr. Octávio Kelly, 110 – Tijuca, Rio de Janeiro/RJ (22°55'52.3"S 43°14'35.5"W).*

7.2. *Poderão ainda, de acordo com as necessidades da CEDAE, ser realizadas reuniões no edifício sede da companhia, localizado na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ (22°54'30.2"S 43°12'00.1"W).*



7.3. As visitas devem ser agendadas pelo e-mail pedro-ortolano@cedae.com.br, com Pedro Ivo Coelho Ortolano. Telefone para contato: 21 23323464.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O recebimento dos serviços ocorrerá conforme a Ordem de Serviço "E" nº 14.693 de 23 de maio de 2017, que estabelece os procedimentos para a emissão provisória e definitiva para os contratos administrativos celebrados com a CEDAE.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO

9.1. Não aplicável por ser uma consultoria de implantação de um Sistema de Gestão.

10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado conforme as etapas do processo sejam concluídas, obedecendo o disposto no Cronograma Físico do Anexo A.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE, são obrigações da contratada:

11.1. ASPECTOS GERAIS


11.1.1. Realizar com equipe própria a estruturação e implantação dos Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025.

11.1.2. Apresentar a metodologia de desenvolvimento dos trabalhos necessários para a estruturação e implantação do Sistema de Gestão da Qualidade em até uma semana após a reunião inicial com a fiscalização.

11.1.3. Para o desenvolvimento do trabalho, a CONTRATADA deverá, no mínimo, um total de 24 visitas ao laboratório definido no escopo deste Termo de Referência. Além do trabalho

desenvolvido presencialmente, a CONTRATADA deverá realizar remotamente o trabalho necessário para o total atendimento dos objetivos deste termo de referência.

- 11.1.4. O trabalho presencial do(s) consultor(es) ocorrerá em datas definidas pela CEDAE e informadas à CONTRATADA, que poderá solicitar reagendamento em caso de motivo justo.*
- 11.1.5. Caso o total mínimo previsto de visitas mensais não seja cumprido por solicitação da CEDAE ou por indisponibilidade da CONTRATADA (devidamente justificada e por motivo justo), ele deverá ser repostado, sem prejuízo do total mínimo de visitas previsto neste termo de referência. A data desta reposição será definida pela CEDAE e informada à CONTRATADA, que poderá solicitar reagendamento em caso de motivo justo.*
- 11.1.6. Executar os serviços em conformidade com este Termo de Referência, observados os prazos e especificações neles dispostos;*
- 11.1.7. Providenciar, após a assinatura do Contrato, o desenvolvimento, a adequação e a entrega dos produtos nos prazos estabelecidos;*
- 11.1.8. Fornecer todos os materiais e serviços próprios e adequados à execução dos trabalhos, competindo-lhe ainda o fornecimento das demais utilidades relacionadas ao cumprimento do objeto deste edital;*
- 11.1.9. Fornecer pessoal necessário e tecnicamente habilitado à boa e integral execução dos serviços;*
- 11.1.10. Durante a prestação dos serviços pela CONTRATADA, caso os consultores alocados no projeto apresentem desempenho ou comportamento que atrapalhem o bom andamento dos trabalhos, a CEDAE poderá solicitar sua substituição, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição do profissional por outro que atenda aos critérios exigidos neste termo de referência;*
- 11.1.11. Comunicar, imediatamente, por escrito, à CEDAE, quaisquer dificuldades encontradas pelos técnicos alocados para execução dos serviços que, eventualmente, possam prejudicar a boa e pontual execução dos trabalhos, sob pena de serem tais dificuldades consideradas inexistentes;*



- 11.1.12. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CEDAE;
- 11.1.13. Responder, perante a CEDAE, pela disciplina e comportamento de seu pessoal, acatando rigorosamente todas as normas e instruções baixadas pela CEDAE a esse respeito;
- 11.1.14. Facilitar a ação da CEDAE, provendo acesso aos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas;
- 11.1.15. Providenciar correção das deficiências apontadas pela comissão de fiscalização quanto à execução dos serviços;
- 11.1.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços constantes do presente Termo de Referência;
- 11.1.17. Responder por todos os ônus referentes aos serviços, desde os salários, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos, transportes, estadia, alimentação e outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir no contrato relativas ao seu pessoal, que não terá quaisquer vínculos com a CEDAE;
- 11.1.18. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 11.1.19. Manter a regularidade de toda a documentação de habilitação durante a vigência do contrato;
- 11.1.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos e não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento da CEDAE;
- 11.1.21. Possuir e resguardar, em sua equipe de trabalho, pessoal técnico especializado e com tipo de experiência compatível com as ações requeridas para o cumprimento dos serviços especificados neste Termo de Referência, inclusive quando houver necessidade de substituição de profissionais durante a execução do Contrato;
- 11.1.22. Indicar prepostos frente à CEDAE;



11.1.23. *Assumir total responsabilidade, inclusive por seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à CEDAE, conforme descrito nos itens 8 e 9 deste Termo de Referência, que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar à CEDAE;*

11.1.24. *Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos e/ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços ora contratados, serão de exclusiva propriedade da CEDAE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para qualquer fim, ou divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizada pela CEDAE.*

11.2. CONFIDENCIALIDADE DOS SISTEMAS E INFORMAÇÕES

11.2.1. *A CONTRATADA reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à CEDAE, estabelece contato com informações confidenciais e privadas da empresa, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria, de comércio ou de negócio. Assim, a CONTRATADA obriga-se, por seus administradores, empregados, prepostos e contratados a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação da empresa a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação de serviços;*

11.2.2. *A CONTRATADA e a CEDAE expressamente reconhecem que todo e qualquer material utilizado durante a prestação de serviços, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob o controle de qualquer das partes, será igualmente resguardado pelo mútuo compromisso de Sigilo e Confidencialidade. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a CEDAE e*



abrangem, além das informações de que as partes venham a tomar conhecimento, aquelas que já possuem na presente data;

11.2.3. Os responsáveis da CONTRATADA, uma vez firmado contrato com a CEDAE, dão como certo, o respeito e o sigilo pelo manuseio das informações disponibilizadas. Poderão ainda ser exigidas declarações individuais, podendo ser uma relação coletiva com assinaturas individuais;

11.2.4. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade;

11.2.5. A CONTRATADA garante à CEDAE que as informações e os serviços por ela fornecidos, em consequência desta contratação, não infringem quaisquer patentes, marcas, direitos, direitos autorais ou "trade secrets".

11.3. PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.3.1. A propriedade intelectual é única e exclusivamente pertencente à CEDAE em todos os aspectos, tais como: diagramas, gráficos, fotografias, documentos do projeto, arquivos de áudio, atas de reunião, entre outros;

11.3.2. A CONTRATADA garante responsabilizar-se em não usar em proveito próprio ou de terceiros, copiar, duplicar, divulgar ou ceder a terceiros quaisquer programas, documentos ou informações referentes a sistemas desenvolvidos na CEDAE aos quais tenham tido acesso em razão das obrigações ou direitos recíprocos neste contrato;

11.3.3. A CONTRATADA entregará a CEDAE todos os artefatos de sistemas, fluxos, diagramas, gráficos, fotografias, documentos do projeto, arquivos de áudio, atas de reunião, entre outros, gerados como produtos do projeto objeto deste Termo de Referência;

11.3.4. A CONTRATADA deve preservar a propriedade, integridade e disponibilidade das informações e sistemas da CEDAE, utilizando técnicas e procedimentos para impedir a destruição, perda, alteração, acesso não-autorizado, seja intencional ou não;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



11.3.5. A CONTRATADA deve comunicar formalmente e imediatamente ao representante da CEDAE qualquer falha percebida que exponha a propriedade, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;

11.3.6. Cabe à CONTRATADA garantir a segurança física, procedural, pessoal e outras que sejam necessárias para a proteção da propriedade, confidencialidade, da integridade e disponibilidade das informações e segurança física quando estiverem nas instalações da CONTRATADA.

11.4. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

11.4.1. A CONTRATADA é responsável por definir a quantidade de consultores necessários para que o objetivo deste termo de referência seja alcançado integralmente. Entretanto, a equipe deve conter no mínimo:

11.4.2. 01 (um) Consultor Líder – consultor responsável por coordenar e executar os trabalhos referentes ao objeto deste termo de referência, com nível superior e registro no conselho profissional;

11.4.3. A CONTRATADA deve utilizar, além da equipe mínima de consultores, a equipe que julgar necessária para desenvolvimento das atividades inerentes ao trabalho.

12. AMOSTRA

Não aplicável.

13. VISITA TÉCNICA

13.1. A EMPRESA LICITANTE poderá, a seu critério, antes de elaborar sua proposta, realizar visita técnica aos locais indicados no Termo de Referência para se inteirar das dificuldades executivas e condições impostas.

13.2. As concorrentes poderão realizar visita técnica aos locais indicados no Termo de Referência, cujo atestado será fornecido pelos representantes da Assistência de Gestão da Qualidade da Diretoria de Produção e Grande Operação da CEDAE – DG, empregado Pedro Ivo Coelho

Ortolano, comprovando que a licitante visitou os locais da prestação do serviço e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação. As visitas poderão ser programadas junto à Assistência de Gestão da Qualidade – ASC-AGQ-DG, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 / 4º andar – Cidade Nova -RJ ou pelo telefone (21) 2332-3464 e realizadas até 01 (um) dia anterior à data da licitação.

13.3. A visita será facultativa, porém a licitante que optar pela não realização da vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

14. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Conforme Anexo B.

15. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Haverá formalização do fornecimento das licenças e da prestação dos serviços por meio de contrato.

16. CONDIÇÕES GERAIS

Não aplicável.



ANEXO II
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PRODUTOS		1	2	3	4	5	6	7
1	Produto 1 Produto 2	5%						
2	Produto 3		10%					
3	Produto 4			10%				
4	Produto 5				15%			
5	Produto 6 Produto 7 Produto 8					10%		
6	Produto 9						*	50%

* Sem desembolso financeiro.

ANEXO III
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado no item 3.2.1.8 deste anexo B, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;
- 1.4. A CEDAE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

- 2.1. Descrição do Serviço: Estruturação e Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade para um laboratório da Gerência de Controle de Qualidade da Água da CEDAE/RJ, segundo critérios da norma NBR ISO/IEC 17025:2017.
- 2.2. Objetivos:
 - 2.2.1. O serviço a ser prestado pela CONTRATADA consiste em realizar um diagnóstico inicial da situação da GCQ, orientar os profissionais dessa Gerência a implementar os requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, executar atividades de planejamento e realização de auditoria interna e elaboração de planos de ação para tratamento de riscos e não conformidades.



- 2.2.2. Sendo assim, a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos prazos estabelecidos são critérios a serem cumpridos pela CONTRATADA para que os serviços sejam prestados de acordo com a especificação do Termo de Referência.
- 2.2.3. A entrega de produtos fora da especificação e o não cumprimento de prazos acarreta em aumento de custo operacional para a CEDAE, uma vez que mantém seus profissionais alocados na implementação desse projeto e, caso a GCQ não atenda os prazos acordados com o INMETRO para as auditorias e entrega de planos de ação, custos adicionais podem ser gerados.
- 2.2.4. O objetivo, portanto, do Acordo de Nível de Serviço é a boa prestação dos serviços pela CONTRATADA, garantindo que o projeto seja implementado com a qualidade esperada e dentro do prazo.
- 2.3. *Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):* A CEDAE, através da contratação, objetiva a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017. O serviço a ser medido é a entrega dos produtos, que serão gerados graças à produção da CONTRATADA e dos profissionais da CEDAE, orientados pela CONTRATADA. A fiscalização a ser realizada será semanal, com geração de relatórios mensais, que serão fornecidos à CONTRATADA, mediante sua solicitação. As medições serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da CEDAE.
- 2.4. *Comunicação:* As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail pedro-ortolano@cedae.com.br e do telefone (21) 2332-3464, bem como através de protocolos realizados na sede da contratante, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ. A CONTRATADA deverá fornecer idênticos meios de contato à CEDAE, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.
3. **DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO**
- 3.1. *Da fiscalização do contrato*
- 3.1.1. O Fiscal do Contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.



- 3.1.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 3.1.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 3.1.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 3.1.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- 3.1.5.1. O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;
- 3.1.5.2. A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.
- 3.1.5.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.
- 3.1.6. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.
- 3.1.7. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 3.1.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.



3.1.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

3.2. Dos indicadores do nível do serviço prestado Sugerimos o seguinte modelo abaixo, retirado de Acordo de Nível de Serviço elaborado pela equipe técnica da CEDAE no Processo nº E-07/100.296/2017:

3.2.1.1. INDICADOR Nº1: Ocorrências que prejudiquem a boa prestação do serviço contratado.

3.2.1.2. Finalidade: Garantir a boa prestação dos serviços a que se destina o contrato.

3.2.1.3. Metas a Cumprir: nenhuma ocorrência que prejudique a boa prestação dos serviços.

3.2.1.4. Critério de Medição: desvios da prestação do serviço em relação às especificações e obrigações da CONTRATADA estabelecidos no Termo de Referência.

3.2.1.5. Forma de acompanhamento: através do registro da abertura das chamadas.

3.2.1.6. Periodicidade: Mensal.

3.2.1.7. Mecanismo de cálculo: Cada comunicação será registrada e valorada individualmente.

3.2.1.8. Critérios de pontuação do Indicador: O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme Tabela de Ocorrências a seguir:

Tipo	Ocorrência	Valoração
Brandas	1. Não cumprimento, por uma única vez, sem devida justificativa técnica, do prazo estabelecido para realização das tarefas. 2. Não atendimento, por uma única vez, sem devida justificativa técnica, quanto ao resultado pretendido e à qualidade demandada. 3. Não atendimento, por uma única vez, sem devida justificativa técnica, a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela.	01 Ponto
Moderadas	1. Não cumprimento, por duas vezes, sem devida justificativa técnica, do prazo estabelecido para realização das tarefas. 2. Não atendimento, por duas vezes, sem devida justificativa técnica, quanto ao resultado pretendido e à qualidade demandada. 3. Não atendimento, duas vezes, sem devida justificativa técnica, a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela.	02 Pontos

Graves	1. Não cumprimento, por três vezes, sem devida justificativa técnica, do prazo estabelecido para realização das tarefas. 2. Não atendimento, por três vezes, sem devida justificativa técnica, quanto ao resultado pretendido e à qualidade demandada. 3. Não atendimento, três vezes, sem devida justificativa técnica, a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela. 4. Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições. 5. Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.	03 Pontos
--------	---	-----------

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela a seguir:

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 1% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 3% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal

Modelo do Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

INDICADOR Nº1: Ocorrências que prejudiquem a boa prestação do serviço contratado	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade:	Garantir a boa prestação dos serviços a que se destina o contrato.
Metas a Cumprir:	Nenhuma ocorrência que prejudique a boa prestação dos serviços.
Critério de Medição:	Desvios da prestação do serviço em relação às especificações e obrigações da CONTRATADA estabelecidos no Termo de Referência.
Forma de acompanhamento:	Através do registro da abertura das chamadas.
Periodicidade:	Mensal.
Mecanismo de cálculo:	Cada comunicação será registrada e valorada individualmente.
Crêterios de pontuação do Indicador:	O sistema de pontuação destina-se a definir os

	<i>graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada.</i>
Observações:	

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA
DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2014. DATA DA ASSINATURA: 01/12/2018. PARTES: Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL e Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ. OBJETO: Prorrogação de Prazo Contratual da Prestação de Serviços e Publicação de atos e expedientes da Contratante no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Partes I e V. VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/12/2018 a 30/11/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e suas alterações. PROCESSO Nº E-10/003/1078/2014.

Id: 2149037

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 127/2018 (DG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a NOVO FOCO CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. OBJETO: CONSULTORIA PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DE LABORATÓRIO DA GERÊNCIA DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA DA CEDAE, SEGUNDO CRITÉRIOS DA NORMA NBR ISO/IEC 17025:2017. PRAZO: 205 (duzentos e cinco) dias. VALOR TOTAL: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). DATA DE ASSINATURA: 09/11/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.601/2018 (DL nº 001/2018 - DG).

Id: 2148864

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 123/2017 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a KATRIUM INDUSTRIAS QUÍMICAS S/A. OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento do produto. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 23/11/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.142/2017 (Pregão Eletrônico nº 329/2017).

Id: 2148706

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 115/2017 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VITTA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 10/11/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.592/2016 (Pregão Eletrônico nº 304/2017).

Id: 2149026

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 122/2017 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento do produto. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 23/11/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.142/2017 (Pregão Eletrônico nº 329/2017).

Id: 2148707

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 08 ao Contrato CEDAE nº 004/2016 (DT). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.269/2017 (Concorrência Nacional nº 006/2014).

Id: 2148708

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 059/2017 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a INTERNATIVA CALL CENTER SERVIÇOS DE CONTATOS TELEFÔNICOS LTDA. OBJETO: Retificação da planilha de custos relativo ao contrato para corrigir erro material verificado na apresentação de valores unitários. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: Sem alteração do valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.585/2015 (DL nº 016/2017).

Id: 2148709

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 013/2018-ASL-1.1. OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LOCALIDADE DE PONTA NEGRA - MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a Concorrência Nacional em epígrafe teve a seguinte classificação final: 1ª colocada e vencedora do certame: DARWIN ENGENHARIA LTDA. (R\$ 5.172.781,03). A proposta da empresa SILO ENGENHARIA LTDA. foi desclassificada pelo não atendimento ao subitem 7.9.1 e 7.9.5 do Edital (apresentou Declaração de Sistema de Contribuição Previdenciária Patronal (ONERADA) divergente da planilha de preços (DESONERADA). As razões para tal classificação encontram-se em Parecer circunstanciado Anexo ao Processo nº E-07/100.087/2018. disponível no site www.cedae.com.br/licitacao para vistas aos interessados.

Id: 2148993

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 384/2018 - ASL-DP. OBJETO: Aquisição de tubo em polietileno. DATA DA ETAPA DE LANCES: 14/12/2018 - HORÁRIO: 11:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 39.814,80.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3629 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2148779

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2018

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA TÉCNICA DE MEMBRANA FILTRANTE". TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE. DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/12/2018, ÀS 09:00 HORAS. DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/12/2018, ÀS 10:45 HORAS. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/12/2018, ÀS 10:50 HORAS. DATA E HORÁRIO DO PREGÃO: 13/12/2018, ÀS 11:00 HORAS. PORTAL: www.compras.rj.gov.br NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 20920. AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira. INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2148901

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 036/2018

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES EXTERNAS DO INEA". TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL. DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/12/2018, ÀS 09:00 HORAS. DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/12/2018, ÀS 10:45 HORAS. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/12/2018, ÀS 10:50 HORAS. DATA E HORÁRIO DO PREGÃO: 12/12/2018, ÀS 11:00 HORAS. PORTAL: www.compras.rj.gov.br NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 22126. AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira. INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2149062

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017 comunica aos interessados que o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO 006/2018 para "AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA TÉCNICA DE MEMBRANA FILTRANTE", sofreu alterações. A Errata 01 encontra-se disponível no site www.compras.rj.gov.br, www.inea.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida 01 (uma) via impressa na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira.

Id: 2149063

Secretaria de Estado de Cultura

EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.954/92, TORNA SEM EFEITO a Concessão de Benefício Fiscal, publicado no D.O. de 20.09.2018, publicada em 23 de outubro de 2018, da empresa patrocinadora Telemor Leste S/A, CNPJ 33.000.118/0001-79, vinculada ao projeto cultural Ombela, conforme estabelecido no Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e Processo nº E-18/001/100062/2018.

Id: 2148750



Id: 2148905

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC - NOTIFICA aos proprietários ou a quem interessar possa que, nos termos do inciso II do artigo 5º do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, e tendo em vista a CIÊNCIA PREVIA do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no D.O. de 16 de novembro de 2018, fica determinado o TOMBAMENTO PROVISÓRIO do bem localizado no Município do Rio de Janeiro, abaixo relacionado:

Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, localizado na Praça Jornal do Comércio, Saúde.

Fica estabelecido como área de tutela para proteção da ambiência, os imóveis localizados na Avenida Barão de Tefé e Rua Sacadura Cabral, conforme relação a seguir:

Avenida Barão de Tefé - Imóveis nº 103/91 (hotel Barão de Tefé), nº 75 (antiga Docas D. Pedro II), nº 71 (Hospital Pró-Matre), nº 76 (lateral do Hospital dos Servidores), e nº 74. Rua Sacadura Cabral - Trecho da rua que compreende o intervalo de números 163 ao 227.

Id: 2148829

RETIFICAÇÃO
D.O. de 29/11/2018
PÁGINA 39 - 2ª COLUNA

EDITAL

02 Número do processo: E-18/001/100284/2018

Onde se lê:

Destinação Obrigatória
Fundo (1/5) do Valor In- R\$ 36.600,00
centivado):

Leia-se:

Destinação Obrigatória
Fundo (1/5) do Valor In- R\$ 33.600,00
centivado):

Id: 2148740

Controladoria Geral do Estado

CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR

EDITAL

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº E-03/004/1517/2018, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, faz saber a servidora ELAINE MAURA RIBEIRO, Identidade Funcional nº 35566241, Professor Docente I, Matrícula nº 30463905, Vínculo 2, que deverá comparecer à sede da referida Coordenação situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, sala 1205, Centro/RJ, tel: 2333-1883, no horário de 12:00 às 16:00 horas, a fim de exercer o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2148692

EDITAL

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR, nos autos do processo administrativo disciplinar nº E-08/008/1368/2015, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, faz saber a servidora MARINA BARRETO, Identidade Funcional nº 30149304, Auxiliar de Enfermagem, Vínculo 1, que deverá comparecer à sede da referida Superintendência situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, sala 1205, Centro/RJ, tel: 2333-1883, no horário de 12:00 às 16:00 horas, a fim de exercer o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2148844

Procuradoria Geral do Estado

AVISO

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO torna pública a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, que será realizada no Portal de Compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro (www.compras.rj.gov.br), conforme abaixo:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico PGE-RJ nº 19/2018

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndio e atendimento de emergências setoriais por meio de brigada de incêndio constituída de Bombeiros Civis.

PROCESSO Nº E-14/001.018289/2018. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/12/2018, às 14:00 horas.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/12/2018, às 14:00 horas.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 13/12/2018, às 14:05 horas.

DATA DE INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 13/12/2018, às 15:00 horas.

LOCAL: www.compras.rj.gov.br

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, na página www.pge.rj.gov.br, opção "Licitações" podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta por 02 (dois) CDs-RW virgens (regraváveis), 700MB/80 min. acondicionados em embalagens plásticas rígidas, na Assessoria de Licitações e Contratos, na Rua do Carmo, 27, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Informações pelo tel.: (21) 2332 7279 ou e-mail: licitacao@pge.rj.gov.br.

Id: 2148905